

REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

a. 27

n. 11-12

nov./dez. 2015

Artigos Doutrinários

13

Sequestro internacional de criança fundado em violência doméstica perpetrada no país de residência: a importância da perícia psicológica como garantia do melhor interesse da criança, 13

Valério de Oliveira Mazzuoli e Elsa de Mattos

Poder de polícia ambiental e precaução (EIA/Rima) nas barragens de grandes mineradoras, 21

Fabiana do Nascimento Prudente

Inovações Legislativas

23

Lei 13.183, de 04/11/2015.

Lei 13.184, de 04/11/2015.

Lei 13.234, de 29/12/2015.

Lei 13.235, de 29/12/2015.

Lei 13.236, de 29/12/2015.

Lei 13.239, de 30/12/2015.

Lei Complementar 152, de 03/12/2015.

Medida Provisória 700, de 08/12/2015.

Medida Provisória 701, de 08/12/2015.

Medida Provisória 704, de 23/12/2015.

Medida Provisória 706, de 28/12/2015.

Medida Provisória 707, de 30/12/2015.

Decreto 8.572, de 13/11/2015.

Decreto 8.573, de 19/11/2015.

Decreto 8.584, de 07/12/2015.

Decreto 8.616, de 29/12/2015.

Acórdãos — Inteiros Teores

27

Corte Especial – Danos materiais e morais. Demora na apreciação do requerimento de anistia de servidor demitido durante o Governo Collor, 27

Numeração única: 0004979-10.2009.4.01.3400

Conflito de Competência 2009.34.00.005031-7/DF

Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

Corte Especial – Circular 2.805/1998 do Banco Central. Relação jurídica entre importador e exportador. Operação cambial entre comprador de moeda estrangeira e a instituição financeira credenciada, 29

Numeração única: 0035548-07.1999.4.01.3800

Arguição de Inconstitucionalidade na Apelação 1999.38.00.035681-2/MG

Relator: Desembargador Federal Carlos Moreira Alves

Primeira Seção – Justificação judicial. Enunciado Fonajef. Ausência de efeito vinculante, 37

Conflito de Competência 0041394-94.2015.4.01.0000/BA
Relator: Juiz Federal Francisco Neves da Cunha (convocado)

Primeira Seção – Aposentadoria proporcional. Ação rescisória. Indevida exclusão de tempo especial, 40

Numeração única: 0042649-97.2009.4.01.0000
Embargos de Declaração na Ação Rescisória 2009.01.00.042915-6/MG
Relator: Desembargador Federal Jamil de Jesus Oliveira

Segunda Seção – Desvio de verba pública destinada ao Programa Saúde da Família, 42

Ação Penal 0052735-93.2010.4.01.0000/PI
Relator: Juiz Federal Pablo Zuniga Dourado (convocado)

Segunda Seção – Ajuizamento da ação penal. Aplicação do princípio da *perpetuatio jurisdictionis*, 49

Conflito de Competência 0004963-61.2015.4.01.0000/MT
Relator: Desembargador Federal Italo Mendes

Terceira Seção – Reparação de dano ambiental. Obra edificada irregularmente em área de proteção permanente (APP), 53

Ação Rescisória 0071672-49.2013.4.01.0000/MG
Relator: Desembargador Federal Souza Prudente

Terceira Seção – Fixação de preços dos produtos sucroalcooleiros em parâmetros inferiores aos ditames legais. Dano comprovado por prova pericial, 60

Numeração única: 0025518-12.2000.4.01.3400
Embargos Infringentes 2000.34.00.025619-8/DF
Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Quarta Seção – Imóvel situado na área denominada *Rio Anil*, no Município de São Luís/MA. Cobrança de taxa de ocupação. Foro e laudêmio, 70

Embargos Infringentes 0001919-60.2013.4.01.3700/MA
Relator: Desembargador Federal José Amílcar Machado

Quarta Seção – Repetição de indébito. Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. Inaplicabilidade da Súmula 343/STF, 76

Ação Rescisória 0061461-17.2014.4.01.0000/BA
Relator: Desembargador Federal Novély Vilanova

Primeira Turma – Pensão por morte pretendida pelo ex-cônjuge autor do crime de assassinato, 80

Numeração única: 0017058-84.2009.4.01.9199
Apelação Cível 2009.01.99.018868-0/MT
Relatora: Juíza Federal Adverci Rates Mendes de Abreu (convocada)

Primeira Turma – Militar. Incapacidade para as atividades. Licenciamento. Ilegalidade. Reintegração do servidor, 82

Numeração única: 0002160-10.2007.4.01.3000
Reexame Necessário 2007.30.00.002199-2/AC
Relator: Juiz Federal Ailton Schramm de Rocha (convocado)

Segunda Turma – Pensão por morte. União estável concomitante ao casamento. Rateio do benefício, 86

Numeração única: 0024308-08.2008.4.01.9199
Apelação Cível 2008.01.99.024047-8/GO
Relator: Desembargador Federal Francisco de Assis Betti
Relator p/ acórdão: Desembargador Federal Candido Moraes

Segunda Turma – Pensão por morte. Rurícola. Viúvo. Falecida aposentada. União estável comprovada. Dependência econômica presumida, 89

Apelação Cível 0004567-69.2014.4.01.9199/MG
Relator: Desembargador Federal João Luiz de Sousa

Terceira Turma – Tráfico de munições. Erro de proibição, 92

Numeração única: 0003028-15.2009.4.01.4100
Apelação Criminal: 2009.41.00.003031-3/RO
Relator: Desembargador Federal Mário César Ribeiro

Terceira Turma – Improbidade administrativa. Ex-juiz de direito. Danos causados à empresa pública. Recursos oriundos da União. Competência da Justiça Federal, 95

Agravo de Instrumento 0043345-26.2015.4.01.0000/DF
Relatora: Desembargadora Federal Mônica Sifuentes

Quarta Turma – Improbidade administrativa. Retardar ou deixar de praticar ato de ofício, 97

Apelação Cível 0002593-09.2011.4.01.3700/MA
Relator: Juiz Federal Alexandre Buck Medrado Sampaio (convocado)

Quarta Turma – Indulto. Exigência de novas condições, 102

Agravo em Execução Penal 0013932-41.2015.4.01.3500/GO
Relator: Juiz Federal Pablo Zuniga Dourado (convocado)

Quinta Turma – Alienação de imóveis pela Caixa. Transferência unilateral da responsabilidade pelo pagamento da comissão de corretagem para terceiros adquirentes do imóvel, 108

Numeração única: 0006433-14.2007.4.01.3200
Apelação Cível na Ação Civil Pública 2007.32.00.006519-2/AM
Relator: Desembargador Federal Souza Prudente

Quinta Turma – Ação popular. Patrimônio Histórico Nacional. Conjunto Urbanístico de Brasília. Construção de quadra poliesportiva. Autorização condicionada do Iphan, 115

Numeração única: 0021196-31.2009.4.01.3400
Reexame Necessário 2009.34.00.021322-8/DF
Relator: Desembargador Federal João Batista Moreira

Sexta Turma – Concurso público. Ausência de previsão de impossibilidade de contratação de ex-empregado devidamente aprovado em concurso, 117

Numeração única: 0011830-36.2007.4.01.3400
Apelação Cível 2007.34.00.011906-1/DF
Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

Sexta Turma – Responsabilidade civil. Agressões sofridas em local de trabalho por manifestantes. Omissão da Administração em garantir a segurança do servidor, 122

Numeração única: 0037652-90.2008.4.01.3400
Apelação Cível 2008.34.00.038185-3/DF
Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Sétima Turma – Ação civil pública. Ordem dos Músicos. Apresentação em público. Liberdade do exercício de profissão. Inexigibilidade de registro profissional ou pagamento de anuidade, 127

Apelação Cível 0016415-13.2012.4.01.3900/PA
Relator: Desembargador Federal Hercules Fajoses

Sétima Turma – Execução fiscal. Competência absoluta do juízo do domicílio do devedor, 129

Agravo de Instrumento 0070045-44.2012.4.01.0000/AM
Relator: Desembargador Federal José Amílcar Machado

Oitava Turma – Óleo diesel marítimo destinado à navegação de cabotagem. Aquisição por intermédio de distribuidora de derivados, 132

Numeração única: 0029808-60.2015.4.01.0000
Agravo Regimental em Medida Cautelar Inominada 0029808-60.2015.4.01.0000/AM
Relator: Desembargador Federal Marcos Augusto de Sousa

Oitava Turma – Contribuição devida ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – Fust, 134

Numeração única: 0002837-38.2006.4.01.3400
Apelação/Reexame Necessário 2006.34.00.002861-6/DF
Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

Decisões Monocráticas**139****Aneel. Fator de Indisponibilidade (FID), 139**

Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento 0036475-62.2015.4.01.0000/DF
Relator: Desembargador Federal Souza Prudente

Concessão de diárias e de passagens aos membros e servidores do Ministério Público da União, 142

Agravo de Instrumento 0045317-31.2015.4.01.0000/DF
Relator: Desembargador Federal Souza Prudente

Anatel. Execução fiscal. Modificação de regra de organização judiciária. Iniciativa legislativa, 143

Conflito de Competência 0058814-15.2015.4.01.0000/RO
Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

Pedido de atribuição de efeito suspensivo aos recursos especial e extraordinário, 146

Medida Cautelar Inominada 0054590-34.2015.4.01.0000/DF
Relator: Desembargador Federal Presidente

Pagamento de precatórios e capitalização de Funprev. BacenJud, 149

Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela 0062800-74.2015.4.01.0000/BA
Relator: Desembargador Federal Presidente

Usinas hidrelétricas. Geração de energia. Fator GSF (*Generation Scaling Factor*). Oneração excessiva, 151

Agravo de Instrumento 0055943-12.2015.4.01.0000/DF
Relator: Desembargador Federal João Batista Moreira

Cemig. Ação de reintegração de posse, 153

Agravo de Instrumento 0057656-22.2015.4.01.0000/GO
Relator: Desembargador Federal João Batista Moreira

Penhora sobre valores decorrentes de contrato de locação com o Banco do Brasil, 155

Agravo de Instrumento 0020364-37.2014.4.01.0000/BA
Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

Serventias extrajudiciais. Escrivães interinos, 157

Agravo de Instrumento 0052724-88.2015.4.01.0000/AM
Relator: Juiz Federal Cleberson José Rocha (convocado)

Processo seletivo do Centro Pedagógico da UFMG. Suspensão das inscrições e reserva de vagas para candidatos portadores de necessidades especiais, 159

Agravado de Instrumento 0057235-32.2015.4.01.0000/MG

Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

Desconstituição do decreto de indisponibilidade que recai sobre os bens e direitos de titularidade dos agravantes, 162

Agravado de Instrumento 0059852-62.2015.4.01.0000/BA

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

Desembaraço aduaneiro de aeronaves e de peças para reparo do motor de aeronaves sem a exigência do percentual de 1% da Cofins, 164

Agravado de Instrumento 0060238-92.2015.4.01.0000/MG

Relator: Desembargador Federal Marcos Augusto de Sousa

Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa. Oferecimento de seguro garantia no valor integral do débito, 166

Agravado de Instrumento 0039513-82.2015.4.01.0000/BA

Relator: Desembargador Federal Marcos Augusto de Sousa

Rescisão do contrato de gestão firmado entre o ICN e a Secretaria de Estado de Saúde do Estado do Maranhão. Manutenção da prisão preventiva, 168*Habeas Corpus* 0064738-07.2015.4.01.0000/MA

Relator: Desembargador Federal Ney Bello

Samarco Mineração S/A. Fornecimento diário de água mineral à população de Governador Valadares, até a normalização do sistema, sob pena de multa diária em caso de descumprimento, 171

Agravado de Instrumento 0066013-88.2015.4.01.0000/MG

Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

Redução de honorários advocatícios contratuais do crédito exequendo no corpo de alvará judicial, 172

Agravado de Instrumento 0065355-64.2015.4.01.0000/MG

Relator: Desembargador Federal Jamil de Jesus Oliveira

JEFs em Revista**175****Devolução dos valores recebidos de boa-fé em virtude de decisão judicial, 175**

Numeração única: 0053190-77.2009.4.01.3400

Pedido de Uniformização de Jurisprudência 2009.34.00.913915-3

Relatora: Juíza Federal Geneviève Grossi Orsi

Concurso da Polícia Federal. Recebimento de 80% dos vencimentos iniciais do cargo durante participação no curso de formação, 180

Numeração única: 0044396-28.2013.4.01.3400

Pedido de Uniformização de Jurisprudência 2013.34.00.010413-1

Relator: Juiz Federal Marcelo Carvalho Cavalcante de Oliveira

Imposto de Renda. Servidor público portador de doença. Ausência de direito à isenção sobre remuneração, 182

Numeração única: 0030021-65.2012.4.01.3300

Pedido de Uniformização de Jurisprudência 2012.33.00.00955761-9/BA

Relator: Juiz Federal Antônio Francisco do Nascimento

Servidor público inativo. Gratificação de Desempenho. GDASS, 182

Numeração única: 0000873-32.2011.4.01.9350

Sumário

Pedido de Uniformização de Jurisprudência 4777-81.2010.4.01.3502/GO
Relator: Juiz Federal Antônio Francisco do Nascimento

Auxílio-doença. Conversão em aposentadoria por invalidez. Condições pessoais. Contexto socioeconômico. Princípio do livre convencimento motivado, 184

Numeração única: 0046587-85.2009.4.01.3400
Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal 2009.34.00.906961-6
Relator: Juiz Federal Neian Milhomem Cruz

Parte-autora sem advogado nos autos. Honorários de sucumbência indevidos, 184

Numeração única: 0002227-08.2008.4.01.3301
Pedido de Uniformização de Jurisprudência 2008.33.01.700925-6
Relator: Juiz Federal Carlos Eduardo Castro Martins

Servidor público. Técnico previdenciário. Desvio de função, 185

Pedido de Uniformização de Jurisprudência 0001930-97.2010.4.01.3602/MT
Relator: Juiz Federal Márcio André Lopes Cavalcante

Breviário

189

Questão de ordem. Declaração de nulidade do julgamento. Renúncia ao cargo de prefeito após julgamento.

Previdenciário. Aposentadoria especial. Eficácia do EPI. Impossibilidade de comprovação senão pela prova pericial.

Pensão por morte. Perda da qualidade de segurado poucos dias antes do óbito. *Causa mortis*. Complicações da Aids. Princípio do convencimento motivado. Direito à aposentadoria por invalidez antes da perda da qualidade de segurado.

Servidor público. PDV. Capacidade de discernimento comprometida. Nulidade do ato de exoneração. Imposição de devolução dos valores recebidos por ocasião da adesão ao PDV como condição para a reintegração.

Estatuto do Desarmamento. Crimes de comércio ilegal e tráfico internacional de armas de fogo. Estrangeiro.

Caixa Econômica Federal. Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger. Empréstimo bancário condicionado à abertura de conta-corrente e à contratação de seguro de crédito interno. *Venda casada*.

Intervenção das pessoas jurídicas de direito público nas causas cujas decisões possam ter reflexos, ainda que indiretos, de natureza econômica. Possibilidade. Interposição de recurso pelo ente interveniente.

Privatização do Banespa. Acionistas minoritários. Oferta de ações. Tratamento diferenciado.

Ação popular. Convênio entre o Estado do Amapá e a OAB/AP. Construção de sede social. Conveniência e oportunidade do ato administrativo. Discricionariedade da Administração.

Rede Globo de Televisão. Programa *Mais Você*. Classificação indicativa.

Rede Globo de Televisão. Novela já encerrada. Perda de interesse processual. Inexistência de prova de descumprimento de classificação indicativa.

Conselho profissional. “Atividade típica de Estado”. Natureza autárquica. Prestação de contas ordinárias ao TCU. Contratação de pessoal mediante concurso público.

Ação monitória. Título de crédito (cheque). Apreensão nos autos de ação criminal. Pena de perdimento em favor da União.

Ação regressiva. Acidente de trabalho. Cabimento. Inexistência de adoção das medidas de segurança do trabalho.

Prestação de serviço de vigilância. Furto nas dependências do contratante. Descontos na fatura de pagamento do contrato. Ilegitimidade.

Serviço de praticagem. Fixação de preços máximos. Intervenção extraordinária da autoridade marítima.

Programa *A Voz do Brasil*. Retransmissão em horário alternativo durante a temporada de campeonatos de futebol. Impossibilidade.

IPI. Importação de aeronave. Regime de admissão temporária.

Repositórios Oficiais de Jurisprudência **203**

Instruções Editoriais **205**